



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.<sup>ma</sup> Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA  
Of. 2394  
Ent. 4706

SUA COMUNICAÇÃO DE  
19/07/2021

NOSSA REFERÊNCIA  
P.º 9474/2019

N.º  
**1330**

DATA - 6 AGO. 2021

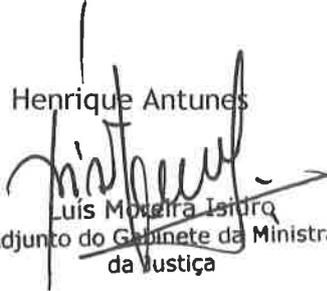
**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta n.º 2554/XIV/2.<sup>a</sup>, de 19 de julho de 2021, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (Deputados José Manuel Pureza e João Vasconcelos) - Escassez de recursos humanos nos serviços do registo civil de Faro

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

 O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

  
Luis Moreira Isidro  
Adjunto do Gabinete da Ministra  
da Justiça

FT/OC



NOTA

**Assunto: Resposta à Pergunta n.º 2554/XIV/2.ª, de 19 de julho de 2021, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (Deputados José Manuel Pureza e João Vasconcelos) - Escassez de recursos humanos nos serviços do registo civil de Faro**

Os Senhores Deputados José Manuel Pureza e João Vasconcelos do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, questionaram o Governo, através da Senhora Ministra da Justiça, relativamente à escassez de recursos humanos nos serviços do registo civil de Faro, nos seguintes termos:

1. Tem o Ministério da Justiça conhecimento desta situação?
2. Que ações vão ser tomadas pelo Ministério da Justiça para que seja ultrapassada com a brevidade necessária a falta de recursos humanos nos serviços de Registo Civil em Faro?

\*

No que respeita à Conservatória do Registo Civil de Faro, estão preenchidos os postos de trabalho da Senhora conservadora titular e 12 (doze) postos de trabalho de oficial de registos, 6 (seis) prestam serviços na própria Conservatória e outros 6 (seis), exercem funções na Loja do Cidadão de Faro, sendo os dois serviços responsáveis pela prestação de serviços aos cidadãos, não devem, por isso, ser analisados em separado, ou seja, contrariamente ao indicado na pergunta, não se encontram em funções apenas 4 oficiais. Mesmo com situações de doença, que possam ocorrer, o número de trabalhadores ao serviço em Faro, é bem superior ao indicado.

Importa destacar que o IRN tem vindo a implementar melhorias nos processos, utilizando o digital, o que permite retirar pressão dos balcões de atendimento, como por exemplo, os serviços conexos com o Cartão de Cidadão, responsáveis pela maioria dos atendimentos prestados, mas também o registo de nascimento online e outros.



Em relação ao novo serviço de Renovação Automática do cartão do cidadão para maiores de 25 anos, o mesmo apresenta já enormes resultados - 296.943 CC renovados automaticamente desde 5 de maio - possibilitando ao cidadão, com total comodidade, pedir e receber o seu cartão do cidadão em casa e ao mesmo tempo, permite racionalizar o volume do atendimento presencial, e melhoria do atendimento para as restantes prestações de serviços, que mantêm a necessidade de recurso ao atendimento presencial.

Também ao nível do cartão do cidadão, recorda-se que foram realizados 479.997 pedidos de renovação por SMS (até ao final deste processo que foi substituído pela renovação automática) e foram entregues por correio, desde setembro 705.791 CC.

Em relação ao registo de nascimento online, destaca-se que desde a entrada em funcionamento do serviço, mais de 40.357 registos foram apresentados utilizando o novo canal digital, também aqui se registando uma enorme transformação, que permite racionalizar o volume de atendimento presencial.

Por último, importa destacar que o IRN faz a monitorização e o acompanhamento diário dos serviços existentes no território, solucionando, sempre que necessário, os eventuais constrangimentos que vão surgindo.

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Lisboa, 5 de agosto de 2021